

PEDRO H. C. FONSECA

MANUAL DE

AUDIÊNCIAS
CÍVEIS



ESDA
ESCOLA DE ADVOCACIA APLICADA

Advogado há quase 25 anos e, ao manusear este manual, conclui que jamais vi algo parecido. Lembrei-me de Pontes de Miranda. Jurista, reconhecido autor, dentre outros, do “Direito Civil Privado”, onde desce a minucias no estado das normas.

O (a) advogado (a), seja iniciante ou já experimentado (a), muitas vezes não dispõe de material simples, objetivo e que trata das nuances e do básico ligados à advocacia no seu dia a dia.

O livro ora publicado será aquele que não sairá da minha mesa de trabalho. Diturnamente farei consultas ao mesmo. Sentir-me-ei mais preparado para dirigir-me ao fórum.

Indico a todos os atores do mundo jur[ídico] a leitura e a consulta constante.

A falta de domínio dos acontecimentos práticos diminui a altivez dos operadores do direito. Esta lacuna está sendo suprida com o manuseio da obra.

Se posso resumir em poucas palavras, digo que este manual era o que faltava para nós, advogados.

José Ricardo Souto | OAB/MG 68.153
Advogado, graduado pela Univube Uberaba
e especialista em Direito Processual Civil pela
UFU | UBERLÂNDIA

Pedro H. C. Fonseca

MANUAL DE AUDIÊNCIAS CÍVEIS
Teoria e Prática

Belo Horizonte
2021

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia do Autor.

FICHA CATALOGRÁFICA

F676m Fonseca, Pedro Henrique Carneiro da
Manual de audiências cíveis: [recurso eletrônico]: teoria e prática. 2. ed. / Pedro Henrique Carneiro da Fonseca. Belo Horizonte: Do Autor, 2021.
E-book (662p)

ISBN: 978-65-901806-1-2

1. Audiência de instrução e julgamento. 2. Conciliação (Processo civil). 3. Prova (Direito). 4. Jurisprudência - Brasil. 5. Juizados especiais cíveis- Legislação - Brasil. 6. Advocacia - Prática. 7. Ética profissional. 8. Advogados - Prática profissional. I. Fonseca, Pedro Henrique Carneiro da. II. Título.

CDU: 347.939

Elaborada por Roziane do Amparo Araújo Michielini - CRB 6/2563

Dedico este livro a todos os advogados do
Brasil, em especial, ao Dr. Libêncio José
Mundim da Fonseca.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Ao Estêvão Fernandes Fonseca, Isadora Fernandes Fonseca e à Mariana Fernandes Fonseca.

Ao Dr. Libêncio, Dra. Maria Paula, Elisabeth e Paulo Eduardo.

A todos os servidores públicos que, de forma indireta, me tornaram um advogado duro e combativo.

ÍNDICE

PREFÁCIO.....	41
PARTE I: AUDIÊNCIAS CÍVEIS.....	43
1	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL..... 45
1.1	Microsistema..... 45
1.2	Competência e procedimento..... 48
2	AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO 53
2.1	É possível ganhar a causa? Olhe paraas provas.....53
2.2	Decisão com o cliente 53
2.3	Como obter êxito no acordo pretendido? 55
2.4	Quem preside esta audiência? 57
2.5	Quem deve comparecer a esta audiência? 57
2.6	Qual o rito ou sequência de atos na audiência de tentativa de conciliação? 60
2.7	Posso impugnar a contestação por escrito? 63
2.8	O que fazer se não tiver tempo para impugnar a contestação na audiência? 65
3	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO..... 67
3.1	Considerações iniciais..... 67
3.2	Como construir a estratégia da audiência? 70
3.2.1	<i>Se situe no processo!..... 70</i>
3.2.2	<i>Ponto controvertido. O que é?..... 71</i>

3.2.3	<i>Reunião com o cliente. Alinhamento necessário ..</i>	72
3.2.4	<i>Perguntas para a parte contrária e testemunhas .</i>	73
3.3	No dia da audiência.....	75
3.3.1	<i>Dentro da sala de audiências, onde se sentar?</i>	76
3.3.2	<i>Rito da audiência.....</i>	77
3.3.3	<i>Para quem dirigir as perguntas na audiência?</i>	81
3.3.4	<i>Como contraditar? Em que momento contraditar?</i>	83
3.3.5	<i>Posso repetir pergunta já feita na audiência pelo juiz ou o advogado da outra parte? E se houver mentira dos depoentes?</i>	84
3.3.6	<i>Se a parte contrária apresentar novos documentos na audiência, o que fazer?</i>	86
3.3.6.1	<i>Posso mostrar vídeo, fotografia ou áudio na audiência?</i>	87
3.4	Se o juiz desrespeitar o advogado, como agir?.	88
3.4.1	<i>Se o juiz, ou o promotor de justiça, ou advogado desrespeitar o seu cliente, o que fazer?</i>	90
3.5	Posso gravar a audiência?	91
3.6	Faço a audiência com um colega advogado ou sozinho?.....	92
3.7	O que falar nas alegações finais orais?	94
3.7.1	<i>Como devo me referir às provas digitais?.....</i>	98
4	AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E OFERECIMENTO DE EMBARGOS	99
4.1	Introdução. Que audiência é esta?	99
4.2	Qual o objetivo da audiência?.....	102
4.3	Estratégia da audiência	103
4.4	Credor e devedor devem comparecer?	105
4.5	Rito da audiência	106

5	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO DOS EMBARGOS DE EXECUÇÃO.....	109
5.1	Dinâmica do ato processual	109
5.2	O que é liminar? O que é medida de urgência? Qual a diferença?	109
5.3	Quais os personagens desta audiência?	111
5.4	Considerações finais	111

PARTE II: PROCEDIMENTO COMUM - AUDIÊNCIAS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....113

6	AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO PARA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA.....	115
6.1	Considerações iniciais.....	115
6.2	O que é liminar? O que é medida de urgência? Qual a diferença?	116
6.3	Tutela provisória.....	118
<i>6.3.1</i>	<i>Tutela provisória de urgência.....</i>	<i>119</i>
<i>6.3.1.1</i>	<i>Tutela Provisória de Urgência Cautelar</i>	<i>120</i>
<i>6.3.1.2</i>	<i>Tutela Provisória de Urgência Satisfativa (Antecipada)</i>	<i>121</i>
<i>6.3.1.3</i>	<i>Requisitos da tutela de urgência.....</i>	<i>123</i>
<i>6.3.1.4</i>	<i>Tutela de urgência e o momento do pedido – antecedente e incidental.....</i>	<i>124</i>
<i>6.3.1.5</i>	<i>Audiência de Justificação.....</i>	<i>130</i>
<i>6.3.1.6</i>	<i>O que é contracautela? Como trabalhar a contracautela nesta audiência?.....</i>	<i>132</i>
<i>6.3.1.7</i>	<i>Audiência de Justificação no tribunal</i>	<i>133</i>
<i>6.3.1.8</i>	<i>Situação prática 1</i>	<i>134</i>
<i>6.3.1.9</i>	<i>Situação prática 2</i>	<i>135</i>

6.3.1.10	<i>Situação prática 3</i>	135
6.3.2	<i>Tutela Provisória de Evidência</i>	136
6.4	Quem deve comparecer?	138
6.5	Considerações finais	141
7	AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO	143
7.1	Caso problema 1	143
7.2	Qual o prazo para contestar e a relação com a audiência de conciliação ou mediação?	144
7.3	Audiência de Conciliação e Mediação: qual a diferença?	147
7.4	Sequência de atos da audiência	150
7.5	Onde as partes e advogados se sentam? Há lugar predeterminado para cada parte e advogados?	153
7.6	Converse com o cliente no seu escritório antes da audiência	154
7.7	Qual a postura do advogado nesta audiência?	157
7.8	Qual o prazo para designar a audiência? E se ocorrer antes do prazo legal? O que fazer?	158
7.9	Quem deverá comparecer? A parte poderá se ausentar?	161
7.9.1	<i>A parte pode ser substituída na audiência?</i>	162
7.9.2	<i>A procuração é comum ou deve ter poder específico?</i>	163
7.10	Pode, no mesmo processo, ter mais de uma audiência de conciliação?	164
7.11	Considerações finais	166
8	AUDIÊNCIA DE SANEAMENTO	171
8.1	Introdução à audiência de saneamento	171

8.2	O que é saneamento?	176
8.3	Pontos de saneamento.....	178
8.4	Audiência de Saneamento	183
8.4.1	<i>Rito da audiência</i>	189
8.4.2	<i>Prepare-se para esta audiência.....</i>	192
8.4.3	<i>Testemunhas? Há preclusão em vista. Cuidado! 194</i>	
8.4.4	<i>Saneamento compartilhado</i>	197
8.4.5	<i>É uma audiência obrigatória?.....</i>	198
8.4.6	<i>E se o juiz não quiser designar esta audiência?. 199</i>	
8.4.7	<i>E se o juiz não quiser atender pedido de produção de alguma prova nesta audiência? Cabe recurso?</i>	200
8.5	Considerações finais	205
9	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	207
9.1	Considerações iniciais.....	207
9.2	Qual o objetivo da AIJ?.....	210
9.3	Como deve ser a preparação para a AIJ? Cuidado com os erros comuns!.....	212
9.3.1	<i>Primeiro passo - conhecimento</i>	214
9.3.2	<i>Segundo passo - pontos controvertidos</i>	216
9.3.3	<i>Terceiro passo - converse com o cliente antes da audiência.....</i>	219
9.3.4	<i>Quarto passo - quem são as testemunhas?</i>	222
9.3.5	<i>Quinto passo - é importante conhecer o perito? 224</i>	
9.3.6	<i>Sexto passo - quem é o juiz?</i>	226
9.3.7	<i>Sétimo passo - quem é o advogado do lado oposto?</i>	230
9.4	Rito da audiência, em regra	230
9.4.1	<i>Pregão.....</i>	231
9.4.1.1	<i>E se houver a ausência do pregão?.....</i>	232

9.4.2	<i>Nova tentativa de conciliação em sede de instrução</i>	234
9.4.2.1	<i>Pode ocorrer a autocomposição após a instrução?</i>	236
9.4.2.2	<i>Podem as partes resolver pela arbitragem após, durante ou depois da instrução do feito?</i>	237
9.4.3	<i>Oitivas e a ordem preferencial da produção das provas orais</i>	239
9.4.3.1	<i>Perito</i>	241
9.4.3.1.1	Perito suspeito ou impedido? O que faço?.....	244
9.4.3.1.2	E se o perito nomeado pelo juiz não for especializado?	246
9.4.3.1.3	O advogado pode acompanhar a perícia? E se o perito impedir?.....	248
9.4.3.2	<i>Assistentes técnicos</i>	251
9.4.3.3	<i>Depoimento pessoal do autor e do réu</i>	253
9.4.3.3.1	Qual a consequência da parte se ausentar?	253
9.4.3.3.2	Ônus e objeto do depoimento pessoal.....	256
9.4.3.3.3	Finalidades do depoimento pessoal. Posso fazer perguntas ao meu cliente?	258
9.4.3.3.4	Fases do depoimento pessoal	259
9.4.3.3.5	Como devem ser feitas as perguntas?	260
9.4.3.3.6	O que perguntar?.....	263
9.4.3.3.7	Como preparar o cliente para o depoimento?	264
9.4.3.3.8	Meu cliente pode ser ouvido na comarca da sua residência?	266
9.4.3.3.9	Pode uma parte assistir o depoimento da outra?	268
9.4.3.3.10	Como intervir no momento do depoimento e orientar o cliente?.....	269
9.4.3.3.11	Considerações finais	270
9.4.3.4	<i>Prova testemunhal na AIJ</i>	271
9.4.3.4.1	Quando não se admite a prova testemunhal?	272

9.4.3.4.2	Quem pode ser testemunha? Quem não pode ser testemunha?	276
9.4.3.4.2.1	Incapacidade - como auferir em audiência?.....	278
9.4.3.4.2.2	Impedimento	284
9.4.3.4.2.2.1	O primo ou a prima podem ser testemunhas?.....	285
9.4.3.4.2.2.2	O juiz poderá ser testemunha?	286
9.4.3.4.2.3	Suspeição	287
9.4.3.4.3	Testemunhas informantes	292
9.4.3.4.4	Contradita - como e quando contraditar a testemunha?	294
9.4.3.4.4.1	Posso contraditar a testemunha durante o depoimento dela?	299
9.4.3.4.4.2	A parte poderá ser testemunha na contradita?	300
9.4.3.4.5	<i>Ordem na oitiva das testemunhas. Pode haver inversão?</i>	300
9.4.3.4.6	Perguntas para a testemunha. O que perguntar? .	302
9.4.3.4.7	Como deve ser o formato das perguntas do advogado em relação à testemunha?.....	304
9.4.3.4.8	Perguntas vexatórias, impertinentes e capciosas! E agora? Como proceder?	307
9.4.3.4.9	Testemunha mentirosa. Como proceder? Como pegar a testemunha na mentira? Posso pedir acareação?	310
9.4.3.4.10	As testemunhas têm direitos e deveres? Quem paga as despesas da testemunha? Poderá ser a testemunha conduzida sob vara?.....	317
9.4.3.4.11	O advogado deve intimar a testemunha? Como intimar? Em quais circunstâncias?.....	322
9.4.3.4.12	Advogado pode entrar em contato com testemunha antes da AIJ? E se for a testemunha indicada pela parte contrária?	326

9.4.3.4.13	Como fazer com que uma testemunha não arrolada seja ouvida em juízo? Testemunhas substituídas! Testemunhas referidas!	328
9.4.3.4.14	Quantas testemunhas podem ser arroladas pelas partes?	332
9.4.3.4.15	Qual o valor da prova testemunhal? Tem o mesmo valor que o documento?	335
9.4.3.4.15.1	Qual o valor probatório da declaração por escrito de uma testemunha juntada na inicial ou na contestação?	337
9.4.3.4.16	Qual o momento adequado para requerer a prova testemunhal?	339
9.4.3.4.17	O que deve constar no rol de testemunhas?	340
9.4.3.4.18	Qual o local em que a testemunha poderá ser ouvida? Carta precatória	342
9.4.3.5	<i>Alegações finais! Oraís ou por escrito? O que apontar nas alegações finais? E o memorial?..</i>	345
9.4.3.5.1	Posso fazer um acordo processual para apresentar as alegações finais por escrito?	352
9.5	Considerações finais	355
9.5.1	<i>Se o advogado da parte ex adversa apresentar em audiência documentos novos, o que fazer?</i>	<i>355</i>
9.5.1.1	<i>E se o advogado da parte contrária, no momento da audiência de instrução e julgamento, requerer a juntada de documentos novos? O que fazer? E se forem muitos os documentos?</i>	<i>357</i>
9.5.1.2	<i>Enorme quantidade de documentos que impossibilita análise imediata em audiência! ...</i>	<i>359</i>
9.5.1.3	<i>Documentos no processo eletrônico.....</i>	<i>360</i>
9.5.1.4	<i>Caso prático.....</i>	<i>361</i>
9.5.1.5	<i>Relevância da intervenção - advogado combativo</i>	<i>361</i>

9.5.2	<i>O APARTE na audiência de instrução e julgamento – “Pela ordem” Posso orientar meu cliente durante a audiência?.....</i>	363
9.5.3	<i>E se o advogado apartear e sofrer represália do juiz, advogado ou promotor? O que fazer?</i>	366
9.5.4	<i>E se o juiz destratar o advogado, o que fazer?... </i>	367
9.5.5	<i>O que fazer se o advogado começar a responder as perguntas do cliente dele ou de alguma testemunha? E se for o seu cliente a ser indagado pelo advogado da parte ex adversa?</i>	369
9.5.6	<i>Posso perguntar à testemunha se ela confirma a resposta dada ao juiz?</i>	371
9.5.7	<i>O que fazer se o juiz inverter a ordem da produção de provas na AIJ e prejudicar o meu cliente?</i>	372
9.5.8	<i>Como conseguir o adiamento da audiência de instrução?</i>	374
9.5.9	<i>E se você, como advogado ou advogada, não puder comparecer à AIJ? E se não comparecer à AIJ o membro do Ministério Público, o Juiz, o perito, as partes, as testemunhas, o assistente técnico? Como proceder?</i>	376
9.5.9.1	<i>E se ocorrer algum fato que impossibilita o advogado, parte, perito, promotor de justiça, defensor público, testemunha, assistente técnico de chegar à audiência?</i>	379
9.5.10	<i>Pode o juiz atrasar para realizar a audiência? Se o juiz atrasar, posso requerer nova designação da AIJ?</i>	380
9.5.11	<i>Fique de olho na ata da audiência! Cuidado com o registro da ata!</i>	381
9.5.12	<i>Posso gravar a audiência de instrução e julgamento sem a autorização do juiz?</i>	385

9.5.12.1	<i>Se o processo estiver gravado com a qualificação de “segredo de justiça”, ainda assim posso gravar?</i>	386
-----------------	---	------------

PARTE III: AUDIÊNCIAS EM PROCEDIMENTOS “ESPECIAIS” DENTRO DO CPC..... 391

10	PROCEDIMENTOS DENTRO DO CPC	393
10.1	Audiência nas ações possessórias.....	395
<i>10.1.1</i>	<i>Considerações iniciais.....</i>	<i>395</i>
10.2	O que é posse e sua natureza jurídica?	396
10.3	Qual o gatilho para alguém requerer a proteção possessória?	399
10.4	Os interditos – ações possessórias.....	401
10.5	Competência	405
10.6	Legitimação ativa e passiva.....	406
10.7	Procedimentos - força velha e força nova	407
10.8	Exordial e a liminar na possessória.....	407
10.9	Audiência de justificação.....	410
<i>10.9.1</i>	<i>Esta audiência é obrigatória?</i>	<i>410</i>
<i>10.9.2</i>	<i>Qual a participação do réu nesta audiência?</i>	<i>410</i>
<i>10.9.3</i>	<i>Qual o objetivo desta audiência?</i>	<i>412</i>
<i>10.9.4</i>	<i>O que deve ser comprovado nesta audiência? ...</i>	<i>413</i>
<i>10.9.5</i>	<i>É possível fazer prova com declaração de testemunha por escrito?.....</i>	<i>414</i>
<i>10.9.6</i>	<i>Devo requerer a audiência no bojo da inicial?..</i>	<i>414</i>
<i>10.9.7</i>	<i>Quem deverá comparecer à audiência de justificação?.....</i>	<i>416</i>
<i>10.9.8</i>	<i>É necessário apresentar o rol de testemunhas previamente?.....</i>	<i>417</i>

10.9.9	<i>O réu poderá requerer a realização da audiência de justificação?</i>	418
10.9.10	<i>Alegações finais orais?</i>	419
10.10	Audiência de mediação em litígio coletivo possessório	420
10.11	Considerações finais	421
11	AUDIÊNCIA NOS EMBARGOS DE TERCEIRO	425
11.1	Considerações iniciais	425
11.2	Conceito e natureza jurídica dos embargos de terceiro	425
11.3	Requisitos dos embargos de terceiro	428
11.3.1	<i>O que é constrição do bem do terceiro embargante?</i>	429
11.4	Competência	431
11.4.1	<i>Quem é o juiz competente em caso de constrição por carta?</i>	431
11.5	Procedimento e prática dos embargos e terceiro	432
11.5.1	<i>Quem é o terceiro que tem a legitimidade ativa dos embargos?</i>	432
11.5.2	<i>Exordial - o que comprovar?</i>	434
11.5.3	<i>Audiência nos embargos de terceiro</i>	435
11.5.3.1	Caução	436
11.5.3.2	Considerações especiais quanto à audiência	437
11.5.3.3	Quem deve comparecer à esta audiência?	438
11.5.3.4	E se o advogado do embargante não comparecer?	438
11.5.3.5	O embargado deverá ser citado para esta audiência?	438

11.5.3.6	<i>Se o embargado não for citado, poderá a audiência ocorrer?</i>	439
11.5.3.7	<i>Como deve ser apresentado o rol de testemunhas?</i>	440
11.5.3.8	<i>Há alegações finais orais?.....</i>	440
11.5.3.9	<i>Qual a quantidade de testemunhas?</i>	441
11.5.4	<i>Quem é o embargado?</i>	441
11.5.5	<i>Citação e contestação.....</i>	442
11.5.6	<i>Sentença.....</i>	444
12	AUDIÊNCIA NAS AÇÕES DE FAMÍLIA	447
12.1	Considerações iniciais.....	447
12.2	O que é família? Legitimação	450
12.3	Objetivo da audiência	451
12.3.1	<i>Depoimento sem danos - entrevista cognitiva</i>	452
12.3.2	<i>Pode haver acordo de reconhecimento de união estável?</i>	454
12.4	Diferença entre a conciliação e a mediação nas ações de família	455
12.5	Tentativa de solução extrajudicial e o advogado	461
12.6	Quem deverá comparecer à esta audiência? ..	464
12.7	Citação especial - ausência de contrafé.....	468
12.8	Efeitos do termo final da resolução do conflito	470
12.9	Haverá cabimento de honorários advocatícios se houver homologação do acordo?	471
12.10	Estratégia da audiência	472
12.11	Posso direcionar a palavra para a parte contrária? “Doutor, não fale com meu cliente!”	475

13	AUDIÊNCIA ESPECIAL DA EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA.....	479
13.1	Considerações iniciais.....	479
13.2	Como ocorre a exibição de documento ou coisa?	480
13.2.1	<i>E se houver sigilo profissional, poderá ainda assim haver obrigação de exibição de documento ou coisa?</i>	<i>484</i>
13.3	E se a exibição for de apenas parte do documento, havendo legitimidade na escusa da outra parte?	486
13.4	Legitimado ativo e passivo	486
13.5	Procedimento especial - novo processo em caso de requerimento de exibição de coisa ou documento em relação à terceiro.....	487
13.6	Audiência especial.....	489
13.7	Para que serve esta audiência?	490
13.8	Quem deverá comparecer?	491
13.9	Considerações finais	492
14	AUDIÊNCIA NAS AÇÕES DE INTERDIÇÃO - A ENTREVISTA.....	495
14.1	Considerações iniciais.....	495
14.2	O que é interdição?	495
14.2.1	<i>Qual o sentido da ação de interdição?</i>	<i>496</i>
14.3	Legitimados	500
14.3.1	<i>Autointerdição</i>	<i>502</i>
14.4	Exordial - apontamentos especiais	502
14.5	Citação do Interditando e sua impugnação	504
14.6	Caso prático emblemático – Processos nº 0480.09.134952-6 e nº 0480.09.136549-8	506
14.7	Audiência sem partes - A Entrevista.....	510

14.7.1	<i>E se o interditando não puder comparecer?</i>	515
14.8	Prova pericial	517
14.9	Sentença e levantamento de curatela e as considerações finais.....	517

PARTE IV: AUDIÊNCIAS EM PROCEDIMENTOS ESPECIAIS FORA DO CPC 523

15	TOMADA DE DECISÃO APOIADA - ART. 116 DA LEI 13.146/2015 - NOVA AUDIÊNCIA ..	525
15.1	Considerações iniciais.....	525
15.2	Quem poderá requerer a tomada de decisão apoiada?	526
15.3	Advogado – você sabe o que deverá constar na exordial da tomada de decisão apoiada?	526
15.4	Audiência – “Entrevista” ou “Interrogatório”	528
15.5	Qual o objetivo da tomada de decisão apoiada?	529
15.6	E seu houver divergência entre o apoiado e o apoiador, diante de um negócio jurídico?	530
15.7	O desfazimento da medida e as considerações finais	531
16	AUDIÊNCIA NA AÇÃO DE ALIMENTOS – LEI 5.478/68	533
16.1	Considerações iniciais.....	533
16.2	Alimentos provisórios, gravídicos, ressarcitórios - objeto	534
16.3	Objetivo da ação de alimentos	538
16.4	A competência	542

16.4.1	<i>Exordial e despacho com o juiz</i>	543
16.4.2	<i>Audiência na ação de alimentos</i>	546
16.4.2.1	Advogando para o devedor!.....	550
16.4.2.2	Advogando para o alimentando!.....	554
16.4.2.3	Quem deverá comparecer? Quais as consequências da ausência de partes e advogados?.....	556
16.4.2.4	Quantas testemunhas posso indicar para esta audiência?	557
16.4.2.5	Eventual contradita	558
16.4.2.6	Sequência dos acontecimentos da audiência	560
16.5	Considerações finais	563
17	ECA - PERDA E SUSPENSÃO DO PODER FAMILIAR - AUDIÊNCIA ESPECIAL	565
17.1	Considerações iniciais	565
17.2	O que deve ser comprovado para a perda ou suspensão do poder familiar?	566
17.3	Causas de suspensão do poder familiar	567
17.4	Causas de perda de poder familiar	567
17.5	Procedimento especial	569
17.5.1	Passos do procedimento.....	569
17.5.2	Legitimidade	570
17.5.3	Citação	571
17.5.4	Obrigatoriedade de produção de provas	572
17.6	Audiência especial	572
17.7	Considerações finais	576
	PARTE V: EXERCÍCIO PRÁTICO DA ADVOCACIA	577

18	DESPACHO COM JUÍZES E DESEMBARGADORES	579
18.1	O que é despachar?	579
18.2	O magistrado tem a obrigação de receber o advogado a qualquer hora?	582
18.3	Como devo despachar com o juiz?	587
<i>18.3.1</i>	<i>Adequada vestimenta</i>	<i>588</i>
<i>18.3.2</i>	<i>Qual o método do despacho?</i>	<i>591</i>
18.4	Por que devo despachar com o juiz?	596
<i>18.4.1</i>	<i>Despacho de urgência</i>	<i>597</i>
<i>18.4.2</i>	<i>Despacho de memorial</i>	<i>599</i>
<i>18.4.3</i>	<i>Despacho de andamento</i>	<i>601</i>
18.5	Considerações finais e situações de não cabimento de despacho com o juiz	606
19	SUSTENTAÇÃO ORAL - MATÉRIA CÍVEL	613
19.1	Considerações iniciais	613
19.2	Hipóteses de cabimento e prazo de sustentação	616
19.3	Estratégia	620
<i>19.3.1</i>	<i>Posso sustentar do meu escritório?</i>	<i>621</i>
<i>19.3.2</i>	<i>Conteúdo da sustentação oral</i>	<i>622</i>
19.4	Como se preparar?	628
19.5	No dia da sustentação oral no tribunal	629
<i>19.5.1</i>	<i>No momento do julgamento, ao perceber um erro do desembargador, posso intervir?</i>	<i>631</i>
<i>19.5.2</i>	<i>E se o advogado da outra parte me interromper durante minha exposição?</i>	<i>632</i>
<i>19.5.3</i>	<i>Posso apartear se houver mentira do colega no momento da sua exposição oral?</i>	<i>634</i>

19.5.4	<i>Pode haver duas sustentações seguidas no mesmo caso? Como me preparar? Como deve ser a segunda sustentação oral?.....</i>	635
19.5.5	<i>O que fazer se os desembargadores não prestarem a atenção na minha sustentação oral?</i>	637
19.5.6	<i>Posso arguir matéria nova da tribuna?.....</i>	639
19.5.7	<i>Posse pedir realização de provas da tribuna? ...</i>	640
19.6	Considerações finais	642
	REFERÊNCIAS.....	646

PREFÁCIO

Foi com grata surpresa que recebi o convite de prefaciар este livro. Dr. Pedro H. C. Fonseca, advogado militante, vocacionado para as lides forenses, professor e escritor inteligente e objetivo, nos brinda com esta excelente obra. O Autor é filho de Dr. Libêncio José Mundim da Fonseca e neto do saudoso Dr. José da Fonseca, advogados atuantes durante todas as suas vidas. Nasceu tomando café, almoçando, jantando e dormindo com o Direito e a advocacia. Outro não poderia ser o resultado: profissional gabaritado e conhecedor das questões diárias da atividade.

Advogo há quase 25 anos e, ao manusear este manual, concluí que jamais vi algo parecido. Lembrei-me de Pontes de Miranda. Jurista, reconhecido autor, dentre outros, do “Direito Civil Privado”, onde desce a minúcias no estudo das normas.

O (a) advogado (a), seja iniciante ou já experimentado (a), muitas vezes não dispõe de material simples, objetivo e que trata das nuances e do básico ligados à advocacia no seu dia a dia.

O livro ora publicado será aquele que não sairá da minha mesa de trabalho. Diuturnamente farei consultas ao mesmo. Sentir-me-ei mais preparado para dirigir-me ao fórum.

Indico a todos os atores do mundo jurídico a leitura e a consulta constante.

A falta de domínio dos acontecimentos práticos diminui a altivez dos operadores do direito. Esta lacuna está sendo suprida com o manuseio da obra.

Se posso resumir em poucas palavras, digo que este manual era o que faltava para nós, advogados.

Enfim, é um trabalho sério, de autor capacitado e que muito nos ajudará na profissão. Eu recomendo.

De Patos de Minas para Belo Horizonte, 22 de agosto de 2019.

*José Ricardo Souto - OAB/MG 68.153
Advogado, graduado pela Uniube - Uberaba e especialista
em Direito Processual Civil pela UFU - Uberlândia.*